

“Ser ou não ser”: notas sobre a “caveirização” da pedagogia informal na Polícia Militar do Rio de Janeiro

Leonardo Fernandes Hirakawa

Major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Mestre em Educação Militar pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias – Exército Brasileiro, e foi Chefe da Seção de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão (DGEI-3) da Diretoria Geral de Ensino e Instrução da PMERJ.

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar o desenvolvimento de atividades didáticas voltadas para a concepção de um tipo ideal, o “guerreiro-ideal”, nos cursos de especialização da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (SEPM). Nesse sentido, serão analisados os processos teórico-didáticos de diversos cursos voltados à especialização do policial militar, de modo a constatar que, nesse processo de criação de medidas didáticas e simbólicas, há uma idealização da figura do “caveira”, efetivada nas tradições inventadas pelo corpo docente das edições dos cursos. Procurou-se, sobretudo, desenvolver uma estratégia analítica que compreenda a constatação em si desse uso do ferramental simbólico, não ensejando, entretanto, em apuração de benefícios ou não na sua adoção. Dessa forma, o tipo ideal apresentado neste trabalho possibilita constatar a utilização da “Pedagogia da Caveira” nos cursos que sejam diferentes dos ministrados pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE).

Palavras-chave: Caveirização; ciência policial; currículo; ensino militar; pedagogia informal.

Introdução

As salas de aula das Unidades de Ensino da SEPM não remetem ao conceito tradicional de relação aluno – professor. São, distante desse conceito, uma representação cultural muito mais complexa do que as pessoas do mundo externo à Corporação podem imaginar.

A sala de aula tem um caráter itinerante, no sentido metafísico, podendo ser constituída sob os auspícios da legislação militar, desde que devidamente planejada, em qualquer ambiente em que seja possível reunir um grupo de militares para instrução. Esse pragmatismo didático pode ser muito bem aceito se a intencionalidade for direcionada para a essencial ligação entre os discentes e o objeto a ser estudado. Os alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSd), por exemplo, saem às ruas para policiamento ostensivo aos fins de semana, como atividade complementar. Nesses eventos, aproveitam para aproximar seus conhecimentos teóricos à prática policial.

Porém, não é somente o conhecimento teórico que predomina no planejamento e na programação do ensino nesses espaços da SEPM. Um conjunto de valores normativos, intrínsecos à cultura organizacional da SEPM, são reproduzidos nessas relações ditas educacionais. Por exemplo, o aluno tem o dever de observar a pontualidade, o asseio pessoal e o cuidado na identificação e comunicação com superiores e, sobretudo, na perpetuação de seu aspecto comportamental como valor de seu curso.

No presente trabalho, todavia, não comento as contrariedades vividas nos cursos de formação, como o CFSd e o Curso de Formação de Oficiais (CFO), mas, sim, aqueles desempenhados por policiais militares que almejam algum tipo de especialização operacional na SEPM. Nesse esteio, considero como especialização toda a atividade didática que vise o desempenho do policiamento ostensivo e que seja diferenciada das atividades básicas executadas por policiais militares egressos dos cursos de formação disponíveis na SEPM. Estes, aliás, são pré-requisitos para o ingresso em qualquer curso de especialização.

Todo curso na SEPM tem seu grau de atividade cerimonial. Iniciados na formação, o ceremonial militar acresce de sentido a vida no quartel. Eles ajudam a mobilizar conteúdos atitudinais que auxiliam no desenvolvimento de qualidades indispensáveis aos policiais militares, como: a fidelidade, a coragem, o vigor físico, a perspicácia, a submissão, a autoridade etc.

Os valores desenvolvidos na formação, muitas vezes, são considerados a base para toda a carreira policial militar. Contudo, a especialização demanda outros fatores a serem apurados e mensurados em um circuito próprio, de caráter altamente seletivo e, portanto, segregador. Alguns desses cursos são eleitos pela cultura organizacional como “destinado aos melhores dos melhores”. Nesse processo de idealização dos “melhores” ou dos “guerreiros-ideais”¹, costuma-se ser mantido um currículo informal², paralelo ao dos cursos de formação e, geralmente, apartado da influência

1 - O termo foi cunhado por Christine de Pizan na obra *Livre des Faits d'Armes et de Chevalerie* (1410). Sanders (2020) destaca a fiel descrição que a autora fez, logo após a Guerra dos Cem Anos (1337-1422) – conflito que envolveu a França e a Inglaterra –, da “Ciência da Guerra”. Suas análises contribuíram para moldar a capacidade tática do guerreiro à mental. É uma das primeiras autoras a descrever o perfil ideal de um soldado. O que é desejável ou não a um militar que avança na frente de combate. Portanto, considerei justo incluir o presente termo, no intuito de contribuir para minha análise sobre a correlação entre o preparo mental, exigido na atividade policial militar, e a plasticidade dos valores assumidos, por ocasião da matrícula em um curso de especialização operacional.

2 - São práticas aceitas, estimadas, mantidas e renovadas com regularidade nas sedes de escolas militares. Marcam a “evolução” do *status* do aluno no caminho até um objetivo. O caráter “informal” se deve à sua exterioridade em relação ao currículo formal – a distribuição do planejamento do ensino, através das ementas, plano de disciplinas e avaliações. Caracteriza principalmente nas relações entre os policiais militares, seja nas manifestações “físicas ou comportamentais” (CASTRO, 2004, p. 45). Há no currículo informal, como acentua Freire (2017, p. 220), a intenção de marcar simbolicamente a inclusão em um “seleto grupo”. Essa fuga da “liturgia do cotidiano” (MCLAREN, 1991, p. 347) é, para nós policiais militares, um sinal distintivo em relação aos demais membros da sociedade. Atributos específicos, construídos, sobretudo, para uma supervalorização simbólica são desenvolvidos externamente à formalidade didática, vista nos planejamentos escolares dos cursos de especialização da PMERJ, por exemplo. Essas formas de comportamento são, em certa medida, passadas pelos docentes que também experimentaram os dissabores das provações. Perfazendo, assim, o círculo reprodutivo da tradição.

deste, pois, geralmente, são bem alicerçados sobre uma tradição sólida.

Sustento, no presente trabalho, que o currículo informal dos cursos de especialização da SEPM foi modificado nos últimos anos, em decorrência da busca incessante pelo perfil de “guerreiro-ideal”. Antes dessa inovação simbólica, o perfil do militar inscrevia-se no culto à postura, manifestada pelo zelo com o fardamento, pelo asseio pessoal e no trato cordial no meio civil. Esse conjunto de valores foram institucionalizados pelos militares brasileiros – incluindo-se aqui os militares do Exército Brasileiro e das Forças Auxiliares, conforme descreve Freire (2017), a partir da influência da Missão Militar Francesa (1920-1940). Nesse escopo, atributos simbólicos idealizados foram utilizados para destacar o policial militar e unidades correspondentes das demais, consideradas “convencionais”. Assim, os cursos de especialização passaram a não somente conferir a suposta capacidade técnica exigida, mas, sobretudo, a atribuir ao concludente um *status* diferenciado, representado por uma série de menções simbólicas, em relação aos não possuidores desta especialização. Procurei não elencar juízo sobre o motivo de tais invenções, observando somente os indícios da mudança, em contexto amplo, das relações entre o corpo docente e discente.

Nesse sentido, este artigo é fruto de uma etnografia realizada para minha pesquisa de mestrado, em 2018, na sede do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq.) da SEPM. Persegui, nas ações didáticas realizadas nos cursos de especialização da SEPM, algum padrão de ligação entre os principais cursos existentes. Dessa forma, atualizei os dados obtidos na pesquisa e realizei um novo aporte metodológico, baseado na etnometodologia e fundamentado na Sociologia da Educação para obter o tipo ideal presente na “Pedagogia da Caveira” (HIRAKAWA, 2018, p. 84), a ser mencionada no transcorrer deste trabalho.

1. O tipo ideal do “caveira” na formação policial-militar fluminense

Neste trabalho, defendo que nas práticas pedagógicas no âmbito dos cursos de especialização da SEPM, informais e obscurecidas do currículo informal, existem comportamentos que remetem a uma idealização do guerreiro, que seguem um padrão próprio e unificado em torno do que se imagina ser a Pedagogia da Caveira, sob os auspícios do filme “Tropa de Elite”, lançado em outubro de 2007. Essa analogia pressupõe que o caráter moral da atividade policial desenvolvida pelo BOPE é superior a qualquer elemento técnico aprendido em seu curso, conforme descrito no livro “Elite da Tropa”, publicado em 2006 e obra que inspirou a produção cinematográfica.

Não me cabe aqui julgar se os efeitos dessa pedagogia são benéficos ou não, porém, ambiciono destacar que ela é mantida por uma energia institucional altamente colaborativa, motivadora e magnética. O pragmatismo dessa pedagogia facilita, através do incentivo à superação, a compreensão de limites na relação entre o aluno e o docente. Por outro lado, esses campos não são mantidos por limites claros, ou seja, a sua característica informal oferece, na mesma velocidade que flui a compreensão, um espaço de manifestações pessoais em um campo que, por essência, deveria ser formal e técnico. Nesse sentido, estabelecer um parâmetro de avaliação desse conjunto de características, imperceptíveis na visão daqueles que conduzem o processo ensino-aprendizagem nos termos desta pedagogia, torna-se primordial para evidenciar o que chamo neste trabalho de processo de caveirização³ do ensino policial-militar, ou simplesmente, caveirização da educação na SEPM.

Com base nas informações extraídas de entrevistas semiestruturadas que realizei com ex-

3 - Este processo é um *continuum* que modifica, através da mudança do currículo informal, as características relacionais entre o aluno e o corpo docente. Trata-se de uma tendência a caracterizar todas as ações educativas como fases de resistência física e moral. Apesar de alguns instrumentos didáticos servirem para tal intento, parto do pressuposto de que as relações interpessoais assumem um local de destaque na avaliação do discente. Todo este conjunto de comportamentos desenvolvidos durante o curso “caveirizado” é marcado por alguns ritos de passagem e de exclusão, valorizando, assim, o “mérito” dos mais fortes, na visão de um seletivo grupo de docentes.

alunos, instrutores e coordenadores de cursos de especialização, desenvolvi o tipo-ideal do que considero ser a caveirização da pedagogia informal em um curso. Os cursos “caveirizados” são espelhados na idealização da pedagogia utilizada pelo BOPE. Assim, designei como pré-requisito para a ocorrência do processo, as seguintes representações simbólicas e didáticas: a aula inaugural⁴ em campo, a numeração de alunos, com a supressão de grau hierárquico e nome⁵, o enxoval de curso diferente do utilizado no período pós-formado, como exemplo, a aquisição de cordas, material de escalada, capacetes, espadas etc. São exemplos de materiais utilizados pelos alunos nos cursos que raramente serão fornecidos ou utilizados após a sua conclusão de curso. Há também a existência de “cemitério” do curso⁶, a padronização estética do aluno e a designação de uma nomenclatura simbólica, por meio de almanaque ou não, ao egresso.

A aula inaugural de qualquer curso ou estágio é um ato solene e, geralmente, destinado a motivar o corpo discente na busca por um fim comum. Nos cursos de formação da SEPM, geralmente, é feita por um docente considerado expoente na instituição e, em alguns casos, pelo próprio comandante do estabelecimento de ensino. Ela não possui, nesse ambiente formal, um caráter probatório, é, sobretudo, motivadora e promocional. O que desejo capturar neste trabalho é a transformação desse caráter motivador, de um conceito teórico para uma provação física, moral e psicológica, destinada à seleção. É relevante destacar que a aferição de graus e índices para acesso a maioria dos cursos da SEPM se encerra no ato da matrícula, ficando o aluno – ex-candidato – destinado a um novo regime de atribuição de rendimento, distribuído no currículo do curso. Parece-me que a própria coordenação pedagógica dos cursos, no caso dos cursos de especialização, realizada pelas unidades especializadas ou especiais, omite essas práticas ceremoniais, atribuindo a elas, no contexto formal, um título de “atividade complementar”.

O processo de deterioração da identidade do aluno começa, aliás, no processo seletivo, no qual são selecionados de acordo com o edital do concurso e, muitas vezes, rotulados por futuros instrutores e coordenadores. Há diante disto, uma relação dialética entre os futuros alunos e instrutores, construída pelo fortalecimento das práticas informais, não raramente, sobrepujando a ordem escrita da coordenação pedagógica, quando existente. A aula inaugural ritualística é, para efeito deste estudo, o evento marcante de aceitação das regras implícitas e extraoficiais dos cursos. Não significa, entretanto, que essa confirmação seja a garantia de um percurso formativo tranquilo e com benefícios para quem as aceita. É tão somente um marco simbólico que autoriza de ambas as partes a execução de práticas pedagógicas não descritas no currículo formal, a título de enriquecimento e complementação, julgadas necessárias a real⁷ especialização do aluno.

As regras implícitas no currículo informal variam de acordo com cada construção simbólica desejada. Com efeito, sugere-se sempre a submissão total ao instrutor e ao coordenador, manifestadas, cada qual à sua maneira. As regras do jogo são impostas pela coordenação e executada por instrutores e monitores, nas quais quase nada é medido ou avaliado sem a percepção individual dos mesmos e, portanto, passiva de parcialidade. É possível, por exemplo, em uma marcha realizada no transcorrer de um curso, a penalização informal de um aluno que tenha cometido alguma transgressão leve, como carregar algum tipo de material. Essa penalidade é informal e os demais membros do corpo discente não compartilham dela. Um aluno que tenha se esquecido de utilizar a bandoleira (material que sustenta o armamento longo ao corpo do policial) pode ser penalizado, conforme a criatividade

4 - É um evento solene de recepção de novos alunos. Marca a abertura dos cursos nos estabelecimentos de ensino da SEPM.

5 - Nos cursos “caveirizados”, a partir da aula inaugural, os alunos têm seus nomes e graus hierárquicos substituídos por números. Nos demais cursos da Corporação, por outro lado, pode existir o “número interno”, porém, sem substituir os caracteres institucionais de grau hierárquico e nome de escala.

6 - É um espaço destinado a concentrar os números dos alunos “desistentes”. Representa a humilhação àqueles que não suportaram às agruras do curso.

7 - Os instrutores e coordenadores dos cursos de especialização não acreditam que um tratamento meramente técnico nas instruções sirva para demonstrar a realidade da atividade policial especializada. Assim, apela-se para o currículo informal como forma de socialização complementar.

do docente que flagrou essa transgressão. O relacionamento pessoal entre instrutores e alunos é importante para a sobrevivência em um curso de especialização na SEPM. As agruras são bem-vistas na medida em que o avaliador mantém uma concepção pessoal positiva do avaliado, do contrário, a estigmatização ocorre por motivos banais e sem sentido, visando atingir ao máximo aquele que considera inapto para terminar o curso.

A construção do sentido negativo da identidade do aluno acompanha toda a turma, que fica responsável por sanar suas deficiências pessoais, sob pena de punições coletivas. Desenvolve-se, assim, um caso fortuito de motivação ao *bullying* e consequente exclusão social do estigmatizado. Esses casos são irreversíveis e tendem a um abandono do curso por parte do estigmatizado, que pode efetuar uma nova tentativa em cursos futuros.

O título de desistente, ou na linguagem oficial, de desligado, não significa que o discente tenha sido reprovado. Esta condição é própria do meio formal, geralmente recorrida quando um resultado não é alcançado pelo aluno. Inclusive, o sentido de desligamento é contraposto ao sentido de reaprovação, para efeito de comparação entre as práticas formais e informais.

Quando o aluno aceita a sua ineficiência, imposta pelo currículo informal, ele solicita o desligamento do curso; todavia, não existe a figura da reaprovação. A ausência de reprovados também é uma boa chave analítica para evidenciar o poder das práticas informais. Quero dizer com isso que a utilização dos meios formais de avaliação não é mobilizada, *a priori*, como estratégia didática, perfazendo a cultura organizacional da exclusão pela totalidade em detrimento do aluno julgado inapto. Desistir torna-se então uma alternativa para aquele considerado *outsider* no grupo discente, ou seja, aquele que, na visão da coordenação do curso, não serve, parcial ou totalmente, para a certificação do curso.

A passagem do *status* de candidato para aluno é marcada pela socialização diferenciada em relação ao ambiente formal de ensino. Mesmo aqueles policiais que tenham pertencido à unidade que irá ministrar o curso são inseridos em uma lógica paralela à realidade laboral da unidade, atuando o curso ou turno como uma instituição de sequestro (FOUCAULT, 2002), que busca a disciplina dos corpos, afastamento integral da vida social e familiar dos alunos, ou pelo menos, a substituição destas pelo convívio entre os discentes no intuito de imprimir algum tipo de comportamento. Assim, a rotina formal, ligada à matrícula no curso e demais procedimentos burocráticos ficam estritamente condicionadas à rotina ceremonialística do curso.

Essa rotina tende a ser mais simplificada, em relação à pedagogia formal, uma vez que atribui ao discente toda a responsabilidade pelo próprio insucesso no curso. Por exemplo, as ações de instrutores, por serem subjetivas e imprevistas no currículo formal, não demandam recursos contraditórios ou ponderações, vista por muitos como indisciplina e, portanto, uma demonstração de incompatibilidade com o produto do curso. Em um ambiente formal de aprendizagem, a avaliação do discente seria divulgada e, naturalmente, ele poderia contestar ou não seu resultado.

Remeter a essa constatação, meramente superficial do ambiente organizacional dos cursos de especialização, pode parecer aos demais uma trivial análise de conteúdo simbólico. Porém, amparando-me nos princípios da etnometodologia, na qual, de acordo com Garfinkel (2018), os significados isolados são construídos de forma independente da estrutura, acredito ter este trabalho uma materialidade básica para construção de uma ferramenta de análise dos cursos de especialização e, futuramente, dos demais, no sentido da execução da Pedagogia da Caveira.

Assim, a noção de “tipo ideal”, desenvolvida por Weber (1971, p. 78), citada no Quadro 1, pode auxiliar na busca pelas estruturas modificadas ou criadas sob inspiração da pedagogia que separa os “convencionais” dos “caveiras” (STORANI, 2008, p. 141). Cabe alertar que nem sempre,

ou quase na sua totalidade, o conjunto de ações pedagógicas atribuídos aos “caveiras” é, de fato, utilizado na sua pedagogia. Sendo, muitas vezes, idealizado por um ou mais membros dos grupos dirigentes dos cursos, com uma função análoga a eles. Com efeito, a própria heterogeneidade do conjunto simbólico nos cursos explicita essa margem diferencial.

Quadro 1 – Alguns elementos da caveirização da pedagogia policial-militar

Elementos	Descrição
Supressão de identidade anterior	<ul style="list-style-type: none"> - Extinção temporária de postos e graduações - Corte de cabelo raspado, diferente dos padrões militares - Utilização de número para designação dos discentes - Uso de fardamento diferenciado da equipe de docentes e, consequentemente, dos cursados
Ultra valorização do <i>status</i> do cursado	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um agnome⁸ - Criação de um almanaque - Utilização da “morte ritual” para o desistente

Fonte: Elaborado pelo autor.

2. Os rituais de conversão

A troca ritual do nome e a supressão do grau hierárquico, adquirido também pelo processo de socialização policial militar nas fileiras da corporação, por um número, demanda do aluno uma relação inicial de submissão e negação aos conhecimentos retidos anteriormente em todo seu processo de formação na SEPM. Revelando, em sentido amplo, a condição subalterna que ocupa a execução do conhecimento do policiamento ostensivo, presumidamente aprendido nos bancos escolares dos cursos dos estabelecimentos de ensino da SEPM (CFSd e CFO). Acredita-se que essa iniciativa seja um elemento facilitador ao corpo docente e, ainda uma demonstração mais pura de meritocracia, como se divisões funcionais estabelecidas pelos postos e graduações, teoricamente, impedissem a demonstração de qualidades e, eventualmente, suas diferenças.

Nesse sentido, o tenente ou capitão, assim como o soldado e o cabo, são todos iguais no microcosmo da Pedagogia da Caveira. Provam, independentemente de possíveis privilégios estatutários, a sua verdadeira habilidade operacional, por meio da capacidade de obediência, resiliência e versatilidade. Esse momento sela uma nova estrutura social, informal e paralela ao estatuto legal, em que o número e o turno passam a ser os elementos designadores de sua identidade paralela. Não raras as vezes em que, ao retomarem seus graus hierárquicos, após a conclusão dos cursos, os militares de diferentes círculos se tratam pelos números adquiridos nos cursos de especialização. Esta prática, assim como a nomenclatura generalista do egresso, também é interessante para análise da caveirização.

As relações de fidelidade, companheirismo, cumplicidade e, sobretudo, o conhecimento íntimo das fraquezas de seu superior fazem com que essa aproximação perene seja normalizada e até bem-vista pelos que conduzem o processo pedagógico dos cursos.

O *status* social do cursado é, sem maiores questionamentos, superior aos que não possuem curso de especialização, especialmente se a unidade em que trabalham exige que seja possuidor

8 - É um tipo de alcunha de caráter honorífico, com intuito de indicar o pertencimento de um sujeito a algum nicho social. Utilizei essa expressão para designar os “cursados” na Corporação.

daquela certificação. Em algumas ocasiões, a proeminência dos “cursados” se configura em uma crise de identidade, havendo, portanto, uma disputa entre as edições, sempre valendo-se do caráter “dificuldade” como principal capital. O número de desistentes e eventuais acidentes com alunos são também contabilizados para efeito de aferição de “dificuldade”. Assim, o caminho mais tortuoso e mais adverso é tido como o mais valorizado no sentido de produzir um capital social válido nas disputas de proeminência, contribuindo, também, para novas iniciativas pedagógicas.

A aula inaugural, a supressão do grau hierárquico e do nome de escala do discente marcam o nascimento do corpo que se submete ao aperfeiçoamento. Esse caráter de “liminaridade” (GENNEP, 2011), ao qual o profano é submetido em busca da certificação, é uma espécie de “limbo social” (TURNER, 2015, p. 31), onde ele não pertence nem ao mundo dos “convencionais”, nem tampouco ao mundo dos “cursados”. Há, entretanto, apenas duas saídas dessa condição peculiar: a desistência, marcada pela “morte ritual”, na qual o aluno sepulta seu número em uma espécie de cemitério cenográfico, geralmente, posicionado em local de destaque para que todos os outros discentes vejam; e a formatura, também marcada por outro ato ceremonial, digno de pompas e celebrações, onde o profano sai desta condição e alcança a sua certificação.

Os rituais são construídos pela equipe dirigente do curso. Geralmente, há uma miscelânea de símbolos e práticas de significação contraditória que busca eternizar o curso e divulgar sua doutrina ainda em construção. A imaginação simbólica, peculiar dos idealizadores, é canalizada pelo coordenador do curso e ratificado pelo comandante da unidade em que o curso é sediado, passando a fazer parte da equipe que a construiu. Entretanto, a solidificação dos símbolos depende da continuidade de pessoas que os apoiem no poder. É comum ocorrer a troca de comando nas unidades que realizam os cursos e, nesse momento, todo o sistema simbólico pode sofrer alterações ou até ser suprimido⁹, não conseguindo, assim, a eternização inicialmente.

As causas dessa intercorrência são o questionamento do aparato simbólico e seus benefícios para o processo ensino-aprendizagem. Alguns coordenadores e diretores de cursos sinalizam que, muitas vezes, a idealização acaba sobrepujando a instrução, ficando o corpo discente à mercê da tentativa de reprodução simbólica em detrimento da instrução formal. Talvez seja esse o principal motivo para a infertilidade das ideias no campo simbólico, pois, suponho, que essa tentativa perpetrada pela equipe de instrução seja desmedida em comparação ao currículo formal.

As aulas inaugurais são grandes eventos para os cursos caveirizados. Reúnem-se os egressos de diversas unidades, convidados e a equipe dirigente. O ambiente, geralmente, é bucólico e hermético, sugerindo um afastamento dos outros e dos não-cursados. Apropriam-se das antigas iniciações das Ordens de Cavalaria, onde são revelados sinais, palavras e práticas tidas como sagradas, ou seja, somente dignas de serem ouvidas, praticadas e realizadas por iniciados. É nesse espaço, delimitado por simbologia própria dos inventores da tradição, que é realizada a primeira aceitação por parte dos alunos, correspondente ao nascimento do novato. Nesses eventos, os alunos não passam de corpos e mentalidades imperfeitas que clamam pelo aperfeiçoamento que, naquele momento, somente os instrutores e a coordenação podem ofertar.

A energia dispensada nesse ceremonial é fruto de grande apreensão e esperança dos envolvidos. Porém, diferentemente do pensamento prioritário de realizar uma especialização de forma técnica, considero os desígnios da coordenação como uma tentativa de reafirmar aquele simbolismo como necessário e benéfico ao processo ensino-aprendizagem, desconsiderando qualquer limite imposto por legislação ou bom senso. A glória¹⁰ de conduzir esse processo ritual é um fator que motiva as

9 - Hobsbaw e Ranger (1997) salientam que as tradições inventadas nem sempre sustentam uma finalidade prática. Algumas, por vezes, antes de serem eternizadas, eram consideradas inúteis e até vexatórias. Outro aspecto que os autores destacam é a necessidade de rotina para a prática ritual se transformar em um costume, o que, em certa medida, seria prejudicada pelas constantes mudanças das práticas em edições diversas do mesmo curso.

10 - Utilizo este termo de acordo com a concepção dada por França e Gomes (2015, p. 144), explicando sua referência à lembrança dos homens, ou seja, realizar um ato de guerra, com coragem, que mereça destaque nas histórias contadas através dos tempos.

ambícios da equipe dirigente do curso. Tanto é que existe a necessidade de se obter desistências nesta aula inaugural, rotulando os que não foram considerados dignos como “fracos”, “aventureiros”, “omissos” e “indesejáveis”.

Os cursados são enquadrados em um dos agnomenos (Quadro 2), se existentes, da ampla autonomásia corporativa da SEPM. Esses agnomenos, de espécie laudatória, são contrapostos à figura dos não-cursados, considerados “omissos”, “fracos”, “barrigas azuis”, dentre outros. Criados no mundo informal, algumas das designações de cursados são oficializadas por meio de uma lista publicada em boletim ostensivo da corporação, chamada vulgarmente de “almanaque”. Este, além dos registros oficiais de certificados e diplomas, tem uma função de atualizar o *status social* daqueles que atingiram o direito de ter seus nomes anexados por algum agnomo e para dar ciência das novas aquisições aos membros mais antigos do grupo.

Quadro 2 – Lista de alguns agnomenos dos concludentes de cursos¹¹

Unidade	Agnomenos e seus respectivos cursos de especialização
Bope	“Caveira” (COEsp)
BPChq	“Castelo” (COPC); “Lança” (CATEM); “Elmo” (CCDC)
RPMont	“Centauro” (CPMont)
BPVE	“Guardião” (COPVE)
RECOM	“Carcará” (COPEM)

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com essas características, a unidade que deseja construir um *ethos* segue, via de regra, os mesmos procedimentos simbólicos das demais. Assim, o mesmo processo preparado individualmente para os policiais admitidos ritualisticamente ao novo grupo é destinado às unidades, uma vez que também passam por um caminho de transformação simbólica, de “purificação” do que dialeticamente a faz especial, para somente depois poderem realizar as intervenções individuais, sob pena de não solidificarem sua tradição.

As transformações simbólicas nas unidades variam de acordo com o que elegem como qualidade, necessariamente opositiva à sua condição especial de existência. Por exemplo, o Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE) passou a utilizar um *layout* nas suas viaturas diferente do policiamento chamado de “convencional”, com características exclusivas daquele Batalhão. Essas características são ontologicamente opostas ao policiamento ostensivo desempenhado pelos batalhões com área de policiamento, tornando-se, assim, antagônicas. Por outro lado, as unidades podem aderir a um projeto de aculturação pedagógica, como o representado pela matriz das operações especiais na SEPM.

11 - Ao lado dos agnomenos estão as siglas dos cursos, a saber: COEsp - Curso de Operações Especiais; COPC - Curso de Operações de Polícia Choque; CATEM - Curso de Ações Táticas em Moto Patrulhamento; CCDC - Curso de Controle de Distúrbios Civis; CPMont - Curso de Policiamento Montado; Curso de Operações e Policiamento em Vias Especiais; COPEM - Curso Operacional de Patrulhamento Especial Motorizado.

A fabricação de novas identidades institucionais, embasados em novos paradigmas operacionais e, ainda, dentro da cultura organizacional da SEPM, teve como principal objetivo basilar a tradição das operações especiais do BOPE. Desta unidade, mais especificamente, do ceremonial de recepção de novos membros e das práticas pedagógicas informais surgiram a inspiração para as demais práticas ceremoniais, cada uma adequando-se à realidade e à concepção de valor das unidades que adotaram esta prática pedagógica. As inovações das cores, a heráldica dos distintivos utilizados como brevês, os termos utilizados nas instruções, o almanaque, todas essas evidências constroem a Pedagogia da Caveira.

3. Da anomia à autonomia: um caminho tortuoso

Existem dois processos de aculturação organizacional que podem ser revelados com o processo educacional dos cursos de especialização, a saber: a invenção de uma tradição no curso ou a revisão de uma tradição de curso já existente. Dessa forma, o processo heurístico desencadeado pela organização obedece a uma conceituação paradigmática por natureza, que atribui-se ao corpo não especializado um vazio, ou seja, não portador de autonomia.

A concepção durkheimiana de *anomia*, apesar de seus limites metodológicos, pode ajudar a entender o caminho de ressignificação percorrido pelo discente em um dos cursos com alguma tradição inventada. O inventor da tradição, necessariamente, parte do pressuposto do anacronismo de alguma prática como sustentáculo de uma nova, ou seja, um sentimento novo é necessário para substituir um antigo. Há, portanto, uma vacância emocional, ou como destaca Durkheim (2014, p. 249), “o estado de desregramento ou de anomia é reforçado pelo fato de que as paixões estão menos disciplinadas no exato instante em que elas precisariam de uma disciplina mais austera”. Assim, tudo o que for proposto como real, necessário, útil e correto irá contrapor-se a um objeto irreal, desnecessário, inútil e errado.

Nessa dinâmica dialética, as ações incutidas por uma pedagogia informal são construídas a partir de uma pressuposição de anomia do discente em relação a uma divisão social do trabalho na Corporação. Esta, segundo o inventor da tradição, já pode ser considerada cronologicamente apartada de uma suposta realidade. Um clássico exemplo disso foi a inclusão da instrução de natação utilitária no principal curso do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), o COPC. Essa qualificação, em tese, não pertenceria à categoria funcional do trabalho de controle de distúrbios civis, função precípua daquela unidade, porém, era “necessária”, conforme crivo de sua administração escolar. Isto ocorreu segundo sua constante mobilização para atividades de incursão em áreas conflagradas com acesso por vias aquáticas. A reformulação curricular seguiu, neste caso, um movimento pragmático, distante da lógica formal, rotulando as edições sem tal qualificação como anômicas.

A partir da inclusão das instruções aquáticas no curso do BPChq as práticas pedagógicas passaram a valorizar, pelo menos nas edições que seguiram na mesma formatação curricular, a habilidade discente de natação. O rol de possibilidades aumentou na mesma medida que a cobrança por um discente apto a cumpri-las.

No campo organizacional, as unidades também disputam esse protagonismo. O esforço para se manter entre as mais operacionais, por meio de uma maior participação no campo de caráter repressivo da segurança pública, demanda delas a reinvenção de seu repertório imaterial. Essa medida, diante do compêndio já existente, muitas vezes, relega à própria unidade o caráter de negação de suas tradições já instituídas. Em determinado período, por exemplo, o Regimento de Polícia Montada (RPMont) passou a atuar nas ruas com o objetivo de abordar pessoas e realizar apreensões de armas e materiais entorpecentes. A reversão de finalidade preventiva para a repressiva culminou, todavia, em uma mudança operacional e do ritual de seu curso, que passou a adotar simbolismo diferente do realizado em edições anteriores.

Há, portanto, uma crença na autonomia diante das ações operacionais de repressão ao crime, quando a unidade é portadora de pessoal capacitado a conduzi-las. Nesse ínterim, a anomia é definida como um conjunto anterior de práticas e ações consideradas insuficientes para a existência da unidade, basilar para a futura tradição inventada e referência negativa a ser considerada por ocasião do novo paradigma.

O aparato simbólico que é performatizado no bojo dessa atuação, acreditam os gestores, é o ponto de partida para a construção de uma nova forma de atuação e de percepção de sua unidade. Assim, diferentemente da Antropologia, atendo-me à explicação do evento em si, desconsiderando, por exemplo, o papel da iniciação do novato em prol da sistematização deste ritual como uma mudança operativa da função social da instituição.

Os procedimentos ceremoniais utilizados nos cursos da SEPM, tratados aqui como elementos de uma “pedagogia baseada na formação e no desenvolvimento da personalidade e que, por isso, inclui todas as dimensões da vida: o corpo, a natureza, a sociedade e as ideias, as imagens e as emoções” (BYINGTON, 1996, p. 11), não devem influenciar uma posição ingênua em relação a seus fins. Aliás, esse pode ser o fruto de futuras discussões sobre a motivação para a invenção de tradições nos cursos. Entretanto, não faço neste trabalho nenhum tipo de análise nesse sentido, cabendo-me, necessariamente, ofertar uma estratégia de identificação de um processo.

Considerações finais

Apresentados os construtos fundamentais da Pedagogia da Caveira, sob a qual se sustenta o paradigma da superação do sofrimento discente, pode-se obter um parâmetro analítico com o qual a observação das relações entre o discente e o grupo docente podem evidenciar um caráter oculto, para além das intenções meramente educativas, ou então, distanciadas da principal finalidade do curso.

Se um curso é editado, formatado e coordenado para obtenção do “guerreiro-ideal”, há, antes disso, uma construção social complexa que idealizará esse elemento. Para tanto, a glória – enquanto elemento fundamental de inculcação de valores militares – para se estabelecer em campo educacional militar, deve estar contida em um suplemento histórico apropriado. Diante dessa complexidade, a busca pela “socialização secundária” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 169) é fundada em um processo ritual de passagem (GENNEP, 2011, p. 24).

Nesse processo, o sagrado e o profano, apesar do convívio mútuo e dependente, são hierarquizados diante da coisificação da glória militar. Mais especificamente, na tradicional divisão entre o “convencional” e os “caveiras”. A possibilidade de alcançar a glória é dada aos “caveiras” e, logo após, aos especializados, ficando essa posição impossibilitada aos “convencionais”. Nesse contexto, a equiparação do método educacional é espelhada dos “caveiras”, com vistas a fornecer aos demais elementos da cadeia operacional da SEPM subsídios, considerados ideais, para proporcionar a tão almejada glória.

Fatores externos também podem explicar a mudança pedagógica de determinado curso. Sejam os critérios de mérito a serem utilizados para ingressar em uma unidade com algum atrativo institucional, como: lotação gratificada, ampla escala de serviço ou proximidade da residência do discente. Ainda assim, classifico eu, não é uma opção a utilização dessa pedagogia sem a finalidade exclusivamente didática e voltada para a atividade final do operador. Por outro lado, sua institucionalização serviria apenas como um caráter reproduutor da disciplina do medo, que a nossa dominação, se considerarmos existente, “não funciona pela coerção pura, mas que transforma força bruta em ideologia” (VIANA, 2012, p. 163).

Atualmente, já existem evidências da “Caveirização” para além dos cursos de especialização, nos cursos de formação de Oficiais e Praças. Diante dessa demanda, torna-se imprescindível a discussão sobre o currículo informal, tradicionalmente relegada a segundo plano nas pesquisas, e sua funcionalidade nos centros escolares da SEPM.

Referências bibliográficas

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 36^a ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- CASTRO, C. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar ed., 2004.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Edipro, 2014.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 26^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FRANÇA, F. G.; GOMES, J. L. F. “Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, 2015.
- FREIRE, F. **Estamos alunos: um estudo sobre a identidade contemporânea dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- GARFINKEL, H. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.
- GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.** 3^a ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- HIRAKAWA, L. F. “*In Hoc Signo Vinces*”: uma análise da invenção das tradições no Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro. 2018. 151 f. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Educação Militar, Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2018.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 5^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MCLAREN, P. **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
- SANDER, S. O livre desfaits d’armes et de chevalerie e a Guerra dos Cem Anos: produto ou influência? **Em Tempo de Histórias**, n. 35, p. 123–139, 2020.
- STORANI, P. “**Vitória sobre a morte: a glória prometida!**”: o “rito de passagem” na construção da identidade dos operações especiais do BOPE. 2008. 169 f. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- TURNER, V. **Do ritual ao teatro: a seriedade humana de brincar**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.
- VIANA, S. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- WEBER, M. **Ensaios de Sociologia**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.